

QUANDO PISO EM FLORES



PPGS UFMA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SOCIOLOGIA

Cidades, representações sociais
e experiências
na Amazônia Maranhense



QUANDO PISO EM FLORES



UFMA
PPGS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SOCIOLOGIA

Cidades, representações sociais
e experiências
na Amazônia Maranhense



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

Fotos de Jesus Marmanillo Pereira e

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-Não-Derivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Profª Drª Alana Maria Cerqueira de Oliveira – Instituto Federal do Acre

Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie

Profª Drª Ana Paula Florêncio Aires – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná



Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Bitencourt Campos – Universidade do Extremo Sul Catarinense
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Prof. Dr. Miguel Adriano Inácio – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalo de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista



Quando piso em flores: cidades, representações sociais e experiências na Amazônia Maranhense

Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadores: Clodomir Cordeiro de Matos Júnior
Karina Almeida de Sousa
Wheriston Silva Neris

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M433 Matos Júnior, Clodomir Cordeiro de
Quando piso em flores: cidades, representações sociais e
experiências na Amazônia Maranhense /
Organizadores Clodomir Cordeiro de Matos Júnior,
Karina Almeida de Sousa, Wheriston Silva Neris. –
Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0539-9

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.399220209>

1. Ciências Sociais. 2. Saúde. 3. Tecnologia. I. Matos Júnior, Clodomir Cordeiro de (Organizador). II. Sousa, Karina Almeida de (Organizadora). III. Neris, Wheriston Silva (Organizador). IV. Título.

CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



“Quando piso em flores
Flores de todas as cores
Vermelho sangue, verde-oliva, azul colonial
Me dá vontade de voar sobre o planeta
Sem ter medo da careta
Na cara do temporal.”

Boi de Haxixe, Zeca Baleiro, 1999.

APRESENTAÇÃO

O livro *Quando piso em flores: cidades, representações sociais e experiências na Amazônia maranhense* é fruto dos esforços dos/as docentes e discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS). O programa está vinculado ao Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas do Centro de Ciências Sociais, Saúde e Tecnologia (CCSST) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) na cidade de Imperatriz, município localizado na região Sudoeste do Maranhão, porção do estado que compreende a parte maranhense da Amazônia Brasileira.

O PPGS iniciou suas atividades em 05 de setembro de 2018, quando da sua aprovação pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES), e tem em seu quadro docente profissionais da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), dos campi de Imperatriz, Bacabal, São Bernardo e São Luís, e da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), campus Tocantinópolis.

Este livro ganha importância inaugural por ser a primeira coletânea organizada pelos(as) docentes e discentes que compõem o PPGS, dando vazão e forma às múltiplas agendas e temas que permeiam as duas linhas de pesquisa do programa e os interesses investigativos do grupo. Nessa perspectiva, o livro representa um dispositivo capaz de dar visibilidade à produção realizada no âmbito da universidade pública.

*Quando piso em flores*¹: *cidades, representações sociais e experiências na Amazônia Maranhense* é o nome que escolhemos para nossa primeira publicação, pois de forma simultânea nos remete a dois contextos distintos e intercambiados. Pisar sobre flores é, de certa forma, uma boa metáfora para as experiências de um programa de pós-graduação em seus anos iniciais, principalmente quando nos voltamos para os desafios de propor, aprovar e consolidar cursos dessa natureza no interior do estado do Maranhão, ao mesmo tempo circunscrito no Nordeste brasileiro e na Amazônia Legal², território marcado por grandes desigualdades em relação ao restante do Brasil. Nessa perspectiva, caminhar com cuidado e solidez também é nosso desafio, pois estamos envolvidos em um processo de implantação de um programa de pós-graduação em regiões de baixa oferta de vagas nesse nível de formação, fruto da desigualdade histórica do sistema de ensino e da produção científica no país.

Além disso, esse título traduz nosso cotidiano pessoal e profissional durante esses dois anos e meio de suspensão de nossas atividades presenciais devido à necessidade

1. Verso extraído da música *Boi de Haxixe*, composta por Zeca Baleiro para o álbum *Vô Imbolá* (1999).

2. A Amazônia Legal, instituída pela Lei Federal 1.806/1953, engloba nove estados do Brasil e foi instituída pelo governo brasileiro como forma de planejar e promover o desenvolvimento social e econômico dos estados da região amazônica.

de isolamento físico associado ao enfrentamento da pandemia causada pelo SARS-CoV-2³. Durante esse momento nossas atividades profissionais, aulas, orientações, pesquisas, reuniões e encontros de corredores passaram a ser mediados por tecnologias estranhas para quase todos nós, docentes, discentes, gestores e técnicos administrativos da universidade. O cuidado com o qual se pisa em flores, nessa ótica, traduz parte do nosso caminhar coletivo, que apesar de solitário é sensivelmente resistente e esperançoso.

O livro está dividido em três sessões e materializa o trabalho de uma rede de pesquisadores que tem se mobilizado na construção de interpretações e reflexões a respeito do estado do Maranhão e da chamada região tocantina, marcada por fronteiras e transições entre as regiões Norte e Nordeste do país. Seu conteúdo é permeado por artigos produzidos a partir de dissertações defendidas em 2021 por nossa primeira turma de formandos e por trabalhos elaborados em diálogo com pesquisas que estão em andamento no programa. Promovendo a divulgação e circulação desse material, rico em aportes teóricos e metodológicos produzidos sob os mais diferentes ângulos e perspectivas, pretendemos contribuir com a produção do conhecimento científico em terras maranhenses, estimulando debates e reflexões sobre os múltiplos objetos e temas que permeiam as páginas que compõem esse livro.

Esperamos que a publicação desse volume possa contribuir para a difusão do conhecimento e servir de fonte de consulta para pesquisadores, gestores públicos e planejadores de políticas públicas, contribuindo de maneira sensível para o desenvolvimento do Estado e o alargamento de seus preceitos democráticos⁴.

A primeira parte do livro, intitulada *Cidades, Representações Sociais e Experiências Urbanas na Pandemia*, agrupa quatro artigos escritos por professores e discentes do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal do Maranhão, Campus de Imperatriz, Maranhão. Os capítulos desta etapa inicial do livro versam, através de diferentes abordagens teóricas e do manejo de repertórios metodológicos multifacetados, sobre as cidades, os sujeitos que lhe dão forma e suas experiências, especialmente durante a crise sanitária associada à Pandemia do COVID-19.

3. O coronavírus SARS-CoV-2 é responsável pela Covid-19, uma infecção respiratória aguda, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de alcance global.

4. A publicação do livro contou com o inestimável financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) e da Fundação de Amparo à Pesquisa e Desenvolvimento Científico do Maranhão (FAPE-MA) através do Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) e Apoio aos Programas de Pós-Graduação Emergentes e em Consolidação em Áreas Prioritárias no Estado (Edital 18/2020).

O artigo que abre nossa obra, *Notas introdutórias sobre as Cidades na literatura sociológica clássica*, escrito por Angélica Lima Melo e Clodomir Cordeiro de Matos Júnior, apresenta de maneira sumária, com grande valia para os leitores que pretendem percorrer os passos do processo de legitimação das cidades e seus sujeitos como objeto das Ciências Sociais, algumas das contribuições de autores de significativa importância para a formação da Sociologia enquanto ciência. Explorando, de maneira introdutória, algumas das principais obras de autores como Karl Marx, Friedrich Engels, Émile Durkheim, Max Weber e George Simmel, o texto abre aos neófitos e estudiosos das cidades o acesso a alguns dos aportes teóricos e metodológicos decisivos para sua compreensão sob uma perspectiva sociológica. Trilhando os caminhos que permitiram que os estudos sobre as cidades, antes objetos presentes de maneira transversal em muitos escritos da área, ganhassem legitimidade e importância na área da nascente ciência social, ganha destaque no texto de maneira sensível a compreensão das múltiplas transformações, sujeitos e questões que emergem associados às dinâmicas das cidades contemporâneas. Desprendendo-se das dinâmicas do campo, o homem da cidade rompe com suas formas de vida anteriores a partir da fluidez e ritmo da vida urbana, forjando arranjos culturais, sociais, econômicos, políticos e trabalhistas que transformam as formas de viver e compreender os contextos citadinos.

O segundo capítulo dessa sessão, intitulado *Estigmatização Territorial: a ocupação urbana da Vila Esperança em Imperatriz - MA* e escrito por Glenda Almeida Matos Moreira e Jesus Marmanillo Pereira, examina os processos de construção social dos estigmas relacionados aos territórios na cidade de Imperatriz através das experiências da ocupação urbana da Vila Esperança. Valendo-se de uma metodologia multissituada, que envolveu uma etapa etnográfica, contatos virtuais e pesquisas em arquivos, especialmente documentos históricos e fontes jornalísticas, os autores revelam como questões ligadas à posse da terra e relatos acerca da violência passam a compor o repertório de representações acionados nas narrativas acerca da comunidade e seus moradores, traçando hierarquias e fronteiras simbólicas em torno dos espaços das cidades e seus sujeitos. Adentrando o campo dos estudos dos estigmas (GOFFMAN, 2008) por meio das representações que permeiam reportagens jornalísticas, relatórios oficiais e discursos de lideranças locais, narrativas permeadas pelas categorias “invasão”, “ocupação”, “bairro” e/ou “comunidade” nos remetem, segundo os autores, a conflitos, interesses e disputas classificatórias em torno das maneiras de “viver na” e “ocupar a” cidade de Imperatriz, região sul do Estado do Maranhão.

O terceiro capítulo dessa primeira parte do livro, *As modificações no consumo de Panelada⁵ em Imperatriz - MA durante a Pandemia de Covid-19*, escrito por Greacy Kelly

5. A panelada é uma preparação cozida feita a partir dos miúdos de gado muito apreciada em alguns estados do Brasil,

Rodrigues Azevedo e Emilene Leite de Sousa, apresenta, de maneira sensível e pontual, algumas das questões que envolveram as transformações das dinâmicas alimentares e das práticas de consumo dos moradores da cidade de Imperatriz, Maranhão, durante o período de isolamento social acionado no combate ao Covid-19.

Analisando o perfil do público consumidor desse tradicional prato do Nordeste do Brasil, seus espaços de consumo distribuídos pela cidade e as mudanças que permeiam as práticas alimentares durante a Pandemia por meio de uma pesquisa que envolveu etapas qualitativas e quantitativas, as autoras aportam questões significativas para os estudos sobre a interface entre alimentação, cultura e sociedades. Ao identificar transformações significativas nas dinâmicas de consumo da panelada, especialmente quando são colocados em tela espaços, horários e frequências, o texto nos permite compreender, sob a ótica dos habitantes de uma cidade do Sul do Maranhão, os sentidos e as conexões entre comida, tradição e consumo durante uma crise sanitária de proporções ainda incalculáveis.

O último capítulo dessa sessão inicial, *Motoristas Urbanos em tempos de Covid-19: representações sobre cotidiano, medo e trabalho em Imperatriz, Maranhão, Brasil*, escrito por Ana Paula Pinto Pereira e Clodomir Cordeiro de Matos Júnior, analisa as experiências e representações dos motoristas urbanos, especialmente aqueles que trabalham por aplicativos, da cidade de Imperatriz, Maranhão, durante o período de isolamento social estimulado pelo combate à Pandemia do Covid-19.

Explorando as narrativas e representações desses sujeitos acerca das questões econômicas, sociais e culturais que envolvem o exercício de suas atividades por meio da aplicação de questionários com esses interlocutores, os autores revelam alguns dos sentidos associados ao “mundo do trabalho” e suas possibilidades durante um período que envolveu profundas transformações em suas rotinas de trabalho, rendimentos e expectativas. Através das narrativas e impressões desses sujeitos acerca do cotidiano, seus medos e relações de trabalho durante o período de isolamento social, alguns dos ajustes comportamentais e subjetivos possíveis durante a Pandemia ganham forma, aguçando o olhar sociológico para a compreensão dos sujeitos responsáveis pelo transporte urbano de pessoas no Maranhão durante a presente crise sanitária.

A segunda parte do livro reúne quatro artigos escritos, igualmente, por professores, orientandos e/ou colaboradores do Mestrado em Sociologia da Universidade Federal

do Maranhão, Campus de Imperatriz, agrupados aqui em torno dos seguintes eixos temáticos: *Grupos Étnicos, Religiões e Narrativas de Resistência na Fronteira Amazônica Maranhense*. Antes que a leitura dos textos submeta ao leitor o veredicto sobre a melhor forma de organizá-los, parece-nos que apresentar alguns motivos que justificariam esse modo de exploração das suas afinidades substantivas constituiria um bom guia de leitura. Apenas três, a título de sugestão e para não sermos muito longos.

Começaríamos, em primeiro lugar, pela sensibilidade manifestada aos modos de produção de saberes e conhecimentos contextualizados, o que constitui um convite para que os leitores exercitem a escuta compreensiva e experimentem escalas e perspectivas variadas de observação que não necessariamente correspondem às suas. Antes de um obstáculo, a pluralidade dos marcos teóricos e a interdisciplinaridade intrínsecas favorecem, por seu turno, a inventividade das escolhas metodológicas, construindo um cardápio variado e pedagogicamente útil sobre a construção de objetos sociológicos. Por fim, e não menos importante, os autores ocupam uma posição epistemológica que não deixa de ter afinidades com o próprio lugar social e institucional dos pesquisados. Desse lugar, não apenas conseguem ecoar as vozes de subjetividades resistentes, dotadas de graus variáveis de reflexividade, como também articular-se aos debates e tendências mais recentes no universo cada vez mais plural e diversificado das Ciências Sociais contemporâneas.

Essas diferentes dimensões de análise estão presentes desde o primeiro dos capítulos desta seção, *Índigenas Krikati e mulheres quebradeiras de coco babaçu na Amazônia Maranhense*, de autoria de Francisca Regilma, Leandro Araújo e Vanda Pantoja, o qual analisa comparativamente as formas de existência e resistência de dois grupos extrativistas, subalternizados, na/da fronteira amazônica maranhense, a saber: os indígenas pertencentes à Etnia Krikati e as Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu. Para responder à questão primeira de saber como esses sujeitos narram, concebem, vivenciam as experiências de ameaças e conflito e se autodefinem para defender sua existência, os autores nos convidam para um desafiante, rigoroso e sensível exercício de imaginação sociológica.

Desafiante, em primeiro lugar, pela tentativa de desenvolver uma escuta atenta às similaridades e particularidades de dois grupos subalternos que elaboram, em diversos níveis e graus, formas de resistência política contra as múltiplas opressões a que são sujeitos. É aqui, inclusive, que encontramos a validade da proposta dos autores de conceber essas ações de resistência tanto em um plano que qualificam de *infrapolítico*, ou seja, em suas formas e manifestações mais comunitárias, cotidianas, discretas e/ou silenciosas; quanto em suas dimensões, digamos, mais *estritamente políticas*, posto que acionadas em

situações de mobilizações coletivas publicizadas, em conexão com o universo ordinário da representação política especializada ou sob formas reconhecidamente políticas (movimentos, sindicatos, organizações, associações, etc.).

Para enfrentar tal natureza de questões, em segundo lugar, o leitor será convidado para um exercício relativamente rigoroso de compreensão das bases teóricas da pesquisa (perspectiva crítica, decolonial), da metodologia empregada (método etnográfico) e do *corpus* conceitual que subsidia a proposição de um outro olhar sobre os sujeitos e sujeitas da pesquisa. É com base nesse conjunto articulado que os autores visam compreender como estes realizam a mediação entre esferas sociais, elaboram estratégias diferenciadas e adaptáveis face às políticas públicas, os quais não apenas dão mostras das “subjetividades resistentes”, “ativas”, como também constituem uma contribuição para pensar a própria construção de “conhecimentos localizados”, contextuais.

Trata-se aqui, sem dúvida, da exploração de uma perspectiva sensível à pluralidade epistemológica do mundo, dentro da qual se inclui a dos próprios pesquisadores, que também se esforçam para problematizar suas próprias experiências e lembranças como sujeitos e sujeitas que compartilham de memórias camponesas e coabitam o espaço recortado. A fronteira mencionada demarca, portanto, não apenas um lugar de conflitos, de exploração, de ausência de empatia e de produção de alteridades; ela delimita tanto um lugar de existência, resistência e sonhos, como também uma escala de observação e reflexão epistemológicas.

Essa mesma sensibilidade é encontrada no próximo artigo da seção, intitulado “*NOSSA CASA ERA O CHAPÉU*”: *Mobilidade e parada como questões para compreender os ciganos Calon em São João do Paraíso (MA)*, de autoria de Janeide Cavalcante, Wellington Conceição e Edilma Monteiro. O objetivo da pesquisa é analisar a construção da identidade dos ciganos na cidade de São João do Paraíso, Estado do Maranhão, tendo em vista uma série de representações estereotipadas e etiquetagens que lhes são atribuídos pelos moradores da referida cidade. Metodologicamente a pesquisa recorre a entrevistas e à observação direta com duas famílias ciganas, a fim de compreender os condicionantes da presença e as motivações para fixação dessas famílias no espaço em pauta.

Após realizarem necessária historicização dos conceitos e refletirem sobre o imaginário e estigmas construídos sobre os ciganos, os autores retomam então as narrativas do processo de instalação de famílias ciganas na cidade, demonstrando como essa experiência reproduz, em pequena escala, uma figuração universal representada pela divisão entre *Estabelecidos* e *Outsiders* (ELIAS; SCOTSON, 2000). De um lado, aos *Estabelecidos* corresponderia a posição “superior” dos moradores da região, que emitiam juízos negativos a respeito dos ciganos como pessoas de estirpe “inferior”;

noutro, os *Outsiders*, representados pelos ciganos recém-chegados, os quais eram vistos como “ameaças”, como portadores de comportamentos e costumes indesejáveis ou recorrentemente submetidos a julgamentos depreciativos.

A reconstituição cuidadosa dessa sociodinâmica da estigmatização de um ponto de vista histórico contextual, e com base nas próprias falas dos ciganos abre aos autores, então, a oportunidade para refletir sobre uma série de particularidades das reconfigurações identitárias dentro das relações grupais em pauta (reenquadramento do passado; ethos grupal, limites de pertencimento, dinâmicas de parentescos e alianças), que vale a pena atentar na leitura. Vide, por exemplo, nas falas dos entrevistados como se redefine a dualidade entre *andador* e *morador*; entre *nômades* e *sedentários*, ao que se vincula, inclusive, o título do capítulo. Ou até mesmo a questão dos efeitos de estigmatização grupal sofridos pelos ciganos, as estratégias esquivas e os “reendereçamentos” que podem provocar nas relações intragrupais. Seja como for, ao fim e ao cabo, os autores demonstram como os ciganos conseguem (res)significar suas identidades sociais em uma tensão constante entre as representações e categorizações estigmatizantes que lhes são impostas, e as suas formas de resistência, simbolização de unidade e luta pelo reconhecimento de uma forma particular de ser e estar no mundo social.

No terceiro artigo desta seção, intitulado *OS EVANGÉLICOS E A POLÍTICA: Condicionantes e lógicas do engajamento político de lideranças pentecostais da Igreja Assembléia de Deus em Imperatriz - MA*, Bezaliel Alves e Wheriston Neris objetivam analisar as intersecções entre o universo evangélico e a política no Brasil contemporâneo através da exploração das lógicas simultaneamente coletivas e individuais de engajamento político de lideranças da Igreja Evangélica Assembleia de Deus de Imperatriz (IEADI). Com base no recurso a diversas estratégias metodológicas combinadas, tais como observação direta, entrevistas, exploração de arquivos e publicações institucionais, os autores levantam questões pertinentes a respeito das modalidades, processos e condicionantes dessa forma de participação política, com foco especial sobre os agentes mais destacados por esses trânsitos e mediações.

Enfrentando o desafio de objetivar uma denominação religiosa bastante representativa no Brasil e particularmente na região imperatrizense, os autores articulam quatro principais eixos de exploração da temática. Em primeiro lugar, realizam um balanço breve das produções bibliográficas nacionais a respeito da atuação evangélica na política brasileira, com a finalidade de delimitar os contornos, padrões e peculiaridades dessa interação entre as esferas religiosa evangélica e o campo político. Em seguida, os autores trazem elementos para compreender os processos de institucionalização e de recomposição organizacional da Assembleia de Deus em uma região de forte presença evangélica, como

aquele que caracteriza a fronteira amazônica maranhense. Na sequência, são os padrões, modos de filtragem, os princípios de seleção e preparação que são destacados ao lado dos perfis sociais dos entrevistados, revelando algumas das recorrências nas triagens que operam dentro da ordem institucional. Por fim, e não menos importante, buscam explorar as percepções de lideranças locais selecionadas a respeito das relações mantidas com as instâncias e dinâmicas convencionais da política (partidos, eleições, bases ideológicas, pautas e modos de representação).

Com efeito, à semelhança dos demais capítulos reunidos, reencontramos aqui um esforço instrutivo de combinação entre três níveis de análise cuja articulação parece bastante útil para orientar estudos sobre o tema em pauta. De início, pelo esforço de retomar uma rica e diversificada bibliografia no campo das Ciências Sociais que, embora não constitua propriamente uma novidade temática, tem produzido excelentes contribuições para pensar as relações complexas entre Igrejas Evangélicas, candidaturas e eleições no Brasil. Em segundo lugar, destacaríamos a opção por discutir as dimensões mais propriamente institucionais que filtram e controlam a seleção de candidaturas e a constituição dos representantes. Aqui entram em pauta desde as peculiaridades do *ethos religioso*, as particularidades do processo de institucionalização e as lógicas próprias de enquadramento, filtragem e preparação dos agentes encarregados de se investirem na política, como será visto.

Em um terceiro nível, que designaríamos como individual, podemos observar então as propriedades sociais destes agentes, o que constitui etapa fundamental para evitar alguns vícios de linguagem, como caracterizar, por exemplo, instituições, grupos e/ou coletivos religiosos como unidades homogêneas. É desse ângulo, inclusive, que vale a pena estudar as percepções subjetivas desses agentes sobre suas trajetórias, a respeito dos condicionantes de seus investimentos na política e suas posições com relação à mediação que realizam entre as esferas sociais em pauta. E é neste ponto que o refinamento da análise pode ajudar a compreender o universo em pauta de uma perspectiva menos substancializada, dando espaço para apreender algumas das ambiguidades e peculiaridades desse modo de participação política.

A questão da variação de escalas, da construção identitária e dos processos de estigmatização voltam à cena, por seu turno, no instigante estudo de Bruno Barros dos Santos e Rogério de Carvalho Veras, intitulado: *Maria Bonita de Tocantinópolis: história de vida de uma mãe-de-santo do Norte Tocantinense*. A escala aqui já não é a de coletivos ou grupos, mas declaradamente individual. Trata-se de explorar as narrativas de vida de Maria do Rosário - mais conhecida como Maria Bonita - suas entidades e de algumas de suas filhas de Santo, bem como diversas anotações registradas em caderno de campo

ao longo de diversos anos de pesquisa (2010-2015) na Tenda Jorge Guerreiro, cidade de Tocantinópolis - TO, para problematizar dimensões importantes das experiências identitárias de religiões afro-brasileiras na região.

Quer dizer, ao acompanhar com profundidade as memórias de diversos informantes - incluídas aquelas obtidas em várias entrevistas e conversas com a referida mãe de santo – reencontramos não apenas as particularidades e vicissitudes de uma trajetória única, como também parte da realidade social e coletiva de umbandistas estigmatizados e de mulheres negras e independentes no espaço em pauta. Porém, convém notar que embora a religião seja tomada como um dos fios condutores da reconstituição de sua história de vida pelos autores, notadamente as relações com os guias espirituais, a análise das diversas etapas, ciclos e esferas de vida da personagem são tomadas como processos bastante dinâmicos, plurais e não evidentes.

Nesse sentido, parece adequada a definição dos autores de que a história de vida de Maria Bonita nos é apresentada sob o signo da pluralidade e da resistência. A começar pelos diferentes papéis que assumiu ao longo de sua vida e dos estigmas e categorizações que recebeu na condição de mulher, mãe e sacerdote de umbanda, entre outras. Soma-se a isso o fato de que, nessas condições, o *fazer-se mãe de santo* resulta de um processo complexo de mediação que interpenetra o sagrado e o profano; o íntimo e o coletivo; a liberdade e o dever, enfim, exigindo toda uma série de negociações e acordos. Por fim, e não menos importante, a própria diversidade dos relatos, as lacunas e os novos fragmentos de memória acionados pelos vivos a respeito da médium denotam que, mesmo com sua partida, sua história de vida se renova continuamente através dos relatos e memórias produzidas no tempo presente.

Os capítulos que compõem a Parte III, *Instituições, Sujeitos e Experiências*, voltaram-se ao estudo das instituições e da agência dos sujeitos no Estado do Maranhão. As pesquisas apresentadas direcionam-se, particularmente, a grupos que possuem uma experiência e conhecimentos socialmente subalternizados, a partir de clivagens sociais como geração, gênero, raça e dependência química.

O capítulo de autoria de Jéssica Lima e Emilene Sousa destaca a distinção entre o fazer antropologia *sobre* as crianças e *com* as crianças. As pesquisadoras dedicam-se à análise da autonomia infantil em situações de abrigo, a partir da análise da Casa da Criança, uma instituição de acolhimento com sede na cidade de Imperatriz/MA. O

texto aprofunda-se nas estratégias de autonomia desenvolvidas pelas crianças quando inseridas em um espaço institucional caracterizado pelo cuidado/vigilância excessiva do Estado. A partir da pesquisa etnográfica (GEERTZ, 1989), as pesquisadoras exemplificam as formas de desenvolvimento da agência infantil na experiência das crianças em situação de institucionalização.

Na linha dos estudos que se voltam à análise das instituições sociais e da agência dos sujeitos, a pesquisadora Ana Luísa Naslausky e o pesquisador Wellington Conceição apresentam um estudo voltado à relação entre drogas e moralidade na sociedade brasileira, a partir da análise de matérias jornalísticas publicadas no estado do Maranhão. O capítulo resgata, de modo sucinto, o histórico e perfil do proibicionismo na política de drogas no país e a análise da recepção das políticas de drogas sob o viés das moralidades. Respaldados por este histórico, os pesquisadores propuseram uma análise do proibicionismo como estratégia utilizada pela política de drogas por meio do discurso midiático. Com foco nas reportagens publicadas pelos principais portais de notícias do estado do Maranhão os pesquisadores concluem que a abordagem proibicionista, particularmente pelo viés da criminalidade, baseia-se em aspectos da moralidade tais como referências religiosas, atuando como reforço para a definição dos estereótipos atribuídos ao grupo.

As pesquisadoras Luiza Lemos e Vanda Pantoja, autoras do capítulo *Uma análise do gênero na educação básica a partir dois livros didáticos de sociologia*, apresentaram um estudo minucioso sobre o lugar das pesquisadoras na produção do conhecimento nas Ciências Sociais, em especial no que toca à produção científica sobre gênero. A análise parte da adoção de métodos qualitativos e quantitativos dos livros didáticos de sociologia adotados pelas escolas públicas com sede na cidade de Imperatriz/MA. A perspectiva teórica adotada pelas autoras considera os processos de exclusão da mulher na esfera pública como imposição de um sistema moderno colonial de gênero (LUGONES, 2014b). A abordagem decolonial é, portanto, apresentada como fundamental para a compreensão da interseccionalidade étnico-racial, classe e sexualidade. O capítulo expõe um histórico sobre a presença da sociologia no ensino médio, seguido pela análise dos documentos institucionais, como os PCNs e o PNLD. Como conclusão, as autoras apresentam uma crítica à produção científica, em especial sobre gênero, respaldada por uma teoria eurocentrada e masculinista, reproduzindo desta feita, uma série de desigualdades de gênero.

O último capítulo da Parte III buscou compreender a ação da Polícia Militar frente aos casos de violência doméstica na cidade de Imperatriz/MA. Os autores Edisio Junior e Maciel Cover utilizam-se da observação participante, propiciada pelo vínculo institucional do primeiro autor à Polícia Militar do Estado do Maranhão, como metodologia e ainda como estratégia para acesso aos sujeitos pesquisados-agentes vinculados aos plantões

de rua e à patrulha Maria da Penha (PMP). Por meio de questionários *online*, elaborou-se uma análise da abordagem policial, nos dois grupos, que apontou para as ausências, e os procedimentos de (re)vitimização das mulheres vítimas de violência doméstica, indicando ainda a importância de conhecer e problematizar a ação da polícia militar. Com a contribuição dos agentes policiais, a partir dos relatos colhidos pelos questionários, os autores exploraram temas comumente vinculados à violência doméstica, tais como uso da força física, dependência financeira, influência do uso de álcool, personalidade do agressor e percepções dos agentes sobre as mulheres vítimas de violência, entre outros temas. O capítulo conclui destacando o impacto positivo da capacitação dos agentes no atendimento as ocorrências de violência doméstica, analisado pelas abordagens dos grupos estudados.

Elaborado sob muitas mãos, mentes e experiências, este livro materializa aprendizagens, ensinamentos e o trabalho intelectual de um grupo de pesquisadores e nossos interlocutores e interlocutoras, aos quais agradecemos imensamente ao fim desta introdução.

“Arrocha na leitura!”

Boa leitura!

Imperatriz, 25/04/2022.

Clodomir Cordeiro de Matos Júnior

Karina Almeida de Sousa

Wheriston Silva Neris

SUMÁRIO

PARTE I- CIDADES, REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E EXPERIÊNCIAS URBANAS NA PANDEMIA

CAPÍTULO 1..... 1

NOTAS INTRODUTÓRIAS SOBRE AS CIDADES NA LITERATURA SOCIOLOGICA CLÁSSICA

Angélica Lima Melo

Clodomir Cordeiro de Matos Júnior

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3992202091>

CAPÍTULO 2..... 19

ESTIGMAZAÇÃO TERRITORIAL: A OCUPAÇÃO URBANA DA VILA ESPERANÇA EM IMPERATRIZ - MA

Glenda Almeida Matos Moreira

Jesus Marmanillo Pereira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3992202092>

CAPÍTULO 3..... 40

AS MODIFICAÇÕES NO CONSUMO DE PANELADA EM IMPERATRIZ - MA DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

Greacy Kelly Rodrigues Azevedo

Emilene Leite de Sousa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3992202093>

CAPÍTULO 4..... 64

MOTORISTAS URBANOS EM TEMPOS DE COVID-19: REPRESENTAÇÕES SOBRE COTIDIANO, MEDO E TRABALHO EM IMPERATRIZ, MARANHÃO, BRASIL

Ana Paula Pinto Pereira

Clodomir Cordeiro de Matos Júnior

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3992202094>

PARTE II - GRUPOS ÉTNICOS, RELIGIÕES E NARRATIVAS DE RESISTÊNCIA NA FRONTEIRA AMAZÔNICA MARANHENSE

CAPÍTULO 5..... 80

INDÍGENAS KRIKATI E MULHERES QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU NA AMAZÔNIA MARANHENSE

Francisca Regilma de Santana Santos

Leandro Araújo da Silva

Vanda Pantoja

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3992202095>

CAPÍTULO 6..... 100

“NOSSA CASA ERA O CHAPÉU”: MOBILIDADE E PARADA COMO QUESTÕES PARA COMPREENDER OS CIGANOS CALON EM SÃO JOÃO DO PARAÍSO (MA)

Janeide da Silva Cavalcante
Wellington da Silva Conceição
Edilma do Nascimento Jacinto Monteiro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3992202096>

CAPÍTULO 7..... 118

OS EVANGÉLICOS E A POLÍTICA: CONDICIONANTES E LÓGICAS DO ENGAJAMENTO POLÍTICO DE LIDERANÇAS PENTECOSTAIS DA IGREJA ASSEMBLEIA DE DEUS EM IMPERATRIZ - MA

Bezaliel Alves Oliveira Junior
Wheriston Silva Neris

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3992202097>

CAPÍTULO 8..... 144

MARIA BONITA DE TOCANTINÓPOLIS: HISTÓRIA DE VIDA DE UMA MÃE-DE-SANTO DO NORTE TOCANTINENSE

Bruno Barros dos Santos
Rogério de Carvalho Veras

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3992202098>

PARTE III - INSTITUIÇÕES, SUJEITOS E EXPERIÊNCIAS

CAPÍTULO 9..... 167

SOBRE PÁSSAROS E GAIOLAS: UMA ANÁLISE DA AGÊNCIA INFANTIL EM UMA CASA ABRIGO DE IMPERATRIZ

Jéssica de Sousa Lima
Emilene Leite de Sousa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3992202099>

CAPÍTULO 10..... 191

PROIBICIONISMO BRASILEIRO E MORALIDADES NA OPINIÃO PÚBLICA: O PAPEL DA MÍDIA MARANHENSE

Ana Luísa Rocha Martins Naslausky
Wellington da Silva Conceição
Beatriz Brandão

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.39922020910>

CAPÍTULO 11..... 209

UMA ANÁLISE DO GÊNERO NA EDUCAÇÃO BÁSICA A PARTIR DOS LIVROS DIDÁTICOS DE SOCIOLOGIA

Luiza Maria Paixão Lemos

Vanda Pantoja

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.39922020911>

CAPÍTULO 12..... 235

INTERPRETANDO A ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR EM CASOS DE VIOLÊNCIA
DOMÉSTICA NO MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ / MA

Edisio Do Ó Loiola Junior

Maciel Cover

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.39922020912>

SOBRE OS AUTORES 261

SOBRE OS ORGANIZADORES 266

UMA ANÁLISE DO GÊNERO NA EDUCAÇÃO BÁSICA A PARTIR DOS LIVROS DIDÁTICOS DE SOCIOLOGIA

Data de aceite: 03/08/2022

Luiza Maria Paixão Lepos

Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Campus Imperatriz, MA.
E-mail: luizalepos@gmail.com.

Vanda Pantoja

Professora Doutora do Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Campus Imperatriz, MA. E-mail: vanda.pantoja@ufma.br.

RESUMO: Este artigo busca compreender os efeitos do patriarcado e da colonialidade no lugar destinado às mulheres na produção de conhecimento nas Ciências Sociais, e como isso é refletido no ensino de Sociologia na educação básica. Para isso, nos debruçamos sobre os livros didáticos de Sociologia do ensino médio que foram utilizados pelas escolas públicas do país durante o triênio de 2018 a 2020, buscando perceber como as questões de gênero aparecem na disciplina, se são colocadas de forma explícita ou subentendida, identificando as influências femininas, a quantidade de autoras e autores presentes nos livros, e o espaço que estas e estes ocupam nas obras. Diante das fontes analisadas, constata-se que apesar da ampliação do acesso feminino à educação e ciência, ainda temos barreiras a serem ultrapassadas, principalmente quando se referem à carreira científica. Portanto, esta pesquisa busca contribuir para a compreensão da estrutura

normáscula e eurocêntrica das Ciências Sociais, a fim de refletir e construir outras possibilidades de produção de conhecimentos, que levem em conta aspectos tão importantes como o gênero e as questões étnico-raciais.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero nas Ciências Sociais. Decolonialidade do gênero. Sociologia no ensino médio. Análise de livros didáticos.

A GENDER ANALYSIS IN BASIC EDUCATION BASED ON SOCIOLOGY TEXTBOOKS

ABSTRACT: This article seeks to understand the effects of patriarchy and coloniality on the place assigned to women in the production of knowledge in the Social Sciences, and how this is reflected in the teaching of Sociology in basic education. For this, we focus on the high school Sociology textbooks that were used by public schools in the country during the triennium from 2018 to 2020, seeking to understand how gender issues appear in the discipline, whether they are explicitly or implied, identifying the female influences, the number of authors present in the books, and the space that these and these occupy in the works. In view of the analyzed sources, it appears that despite the expansion of women's access to education and science, we still have barriers to be overcome, especially when it comes to the scientific career. Therefore, this research seeks to contribute to the understanding of the normative and Eurocentric structure of the Social Sciences, in order to reflect and build other possibilities for the production of knowledge, which take into account such important aspects as gender and ethnic-racial issues.

KEYWORDS: Gender in the Social Sciences. Decoloniality of the genre. Sociology in high school. Analysis of textbooks.

UN ANÁLISIS DE GÉNERO EN LA EDUCACIÓN BÁSICA A PARTIR DE LOS LIBROS DE TEXTO DE SOCIOLOGÍA

RESUMEN: Este artículo busca comprender los efectos del patriarcado y la colonialidad sobre el lugar asignado a la mujer en la producción de conocimiento en las Ciencias Sociales, y cómo esto se refleja en la enseñanza de la Sociología en la educación básica. Para ello, nos enfocamos en los libros de texto de Sociología de nivel medio superior que fueron utilizados por las escuelas públicas del país durante el trienio de 2018 a 2020, buscando comprender cómo aparecen las cuestiones de género en la disciplina, ya sean explícitas o implícitas, identificando las influencias femeninas, el número de autores presentes en los libros, y el espacio que estos y estas ocupan en las obras. A la vista de las fuentes analizadas, parece que a pesar de la expansión del acceso de las mujeres a la educación y la ciencia, todavía tenemos barreras que superar, especialmente en lo que se refiere a la carrera científica. Por lo tanto, esta investigación busca contribuir a la comprensión de la estructura normativa y eurocéntrica de las Ciencias Sociales, con el fin de reflexionar y construir otras posibilidades de producción de conocimiento, que tomen en cuenta aspectos tan importantes como el género y las cuestiones étnico-raciales.

PALABRAS CLAVE: Género en las Ciencias Sociales. Decolonialidad del género. Sociología en la escuela secundaria. Análisis de libros de texto.

1 | INTRODUÇÃO

Este trabalho é decorrente da dissertação intitulada *Entre “homens europeus e velhos que já morreram”: a mulher no ensino de Sociologia, um estudo a partir das escolas estaduais de Imperatriz - MA*, desenvolvida no mestrado em Sociologia da Universidade Federal do Maranhão/Campus Imperatriz. O trabalho buscou compreender os efeitos do patriarcado e da colonialidade no lugar destinado às mulheres na produção de conhecimento nas Ciências Sociais, e como isso é refletido no ensino de Sociologia na educação básica, em escolas públicas de Imperatriz - Maranhão. Nesse sentido, trago neste artigo as discussões sobre o gênero na educação básica e no ensino de sociologia, a partir da análise dos livros didáticos da referida disciplina.

Nos propomos a pensar o processo de produção do conhecimento a partir de olhares e marcadores que vão além da ciência hegemonicamente eurocentrada e masculina. Primeiramente, partindo da inquietação sobre o lugar da mulher na produção científica, em especial o gênero nas Ciências Sociais. Conforme Danielle Chaboud-Rychter (et al., 2014) argumenta, a Ciência Social é “normáscula”, isto é, construída a partir da ótica masculina, colocando as demandas do homem como universal aos demais gêneros, dessa

forma, as concepções femininas ocupam um lugar marginal na produção do conhecimento. Mesmo quando adentram espaços acadêmicos, as pesquisadoras não têm o devido reconhecimento por seus trabalhos, são diversas as razões para a marginalização feminina no mundo científico, entre as quais podemos destacar o processo sistêmico de exclusão da mulher da esfera pública, pois a elas (a nós) sempre foi reservado o espaço privado e doméstico, enquanto que os homens podiam se dedicar à vida pública, como nos mostra Vivian Matias Albuquerque:

Sabendo-se que as funções masculinas e femininas são distintas – o homem exerce a razão, a mulher cuida da reprodução e dá assistência à espécie humana – no pensamento aristotélico a educação destinada aos dois sexos é diferenciada, visto que deve despertar dois tipos distintos de virtude. Percebe-se então que a educação masculina deveria se basear na razão, dando acesso ao conhecimento científico. Em contrapartida, a educação destinada às mulheres servia para ensinar-lhes a cumprir seu papel na vida em sociedade, permanecendo excluídas das Ciências (ALBUQUERQUE, 2006, p. 81).

No entanto, para falar de gênero, principalmente no contexto que essa pesquisa se desenvolve, num país como o Brasil, em que as heranças do colonialismo marcam até hoje nossa sociedade e, mais especificamente no Maranhão, um estado com maioria da população negra (entre pretos e pardos temos o percentual de 76,21%)¹, falar de mulher de maneira neutra e universal configura-se como mais uma imposição daquilo que María Lugones (2014b) chama de sistema moderno colonial de gênero. Para essa autora o colonialismo fundamenta sua dominação a partir da construção da noção de raça e de gênero, desenvolvendo múltiplas formas de opressões, que vão desde o machismo imbricado na estrutura da sociedade moderna, até o racismo que atinge todos os não-brancos. Desse modo, para falar de gênero numa perspectiva decolonial é fundamental destacar a interseccionalidade étnico-racial, classe e sexualidade.

De acordo com Lilia Moritz Schwarcz (2019), temos o patriarcado e o racismo como as duas estruturas fundantes da sociedade brasileira, que moldam todas as relações sociais e, conseqüentemente, isso também se reproduz dentro da ciência. Ideia reforçada pela perspectiva de María Lugones, para a qual a “intersecção de gênero/classe/raça como construtos centrais do sistema de poder capitalista mundial.” (LUGONES, 2014b, p. 939). Por isso, ancoramo-nos na perspectiva decolonial para investigar o gênero nas Ciências Sociais e no ensino de Sociologia na educação básica.

Reconhecendo a importância das experiências e saberes desenvolvidos na vida

1. O censo realizado pelo IBGE em 2010 apresenta os seguintes índices sobre a população maranhense: considerando o gênero, temos 50,39% de mulheres e 49,61% de homens. Levando em consideração a cor ou raça/etnia temos 9,69% preta, 66,52% parda, 22,13% branca, 0,54% indígena, 1,13% amarela. Além disso, 36,92% vivem no espaço rural e 63,08% no ambiente urbano. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/3175#resultado>. Acesso em: 29 jul. 2020.

cotidiana, a autora também utiliza suas vivências como professora de Sociologia do ensino médio, para pensar sobre esta pesquisa, e sobre as possibilidades que o lugar que ocupa pode trazer para refletir sobre e no espaço escolar.

Certa vez, ministrando uma das aulas, em uma escola pública na cidade de Imperatriz - MA, estávamos estudando sobre as desigualdades sociais no Brasil e percebemos o quanto essa discussão é inseparável do que vimos desenvolvendo neste trabalho. Buscamos abaixo narrar a experiência e a linguagem que utilizamos com os jovens estudantes secundaristas:

Utilizando nossa capacidade criativa, vamos imaginar todos os seres humanos, independente de gênero, etnia, sexualidade, classe social, etc. Inicialmente, é necessário deixar explícito que a vida humana, em todos os tempos e lugares por onde passou, está em constante processo de descobertas e aprendizados, socializando, interagindo e construindo modos de vida, visões de mundo e conhecimentos.

Agora imaginemos que, em um determinado território, a metade desses seres humanos (os do sexo masculino) se “fecham” em si, só dialogam com outros homens e ignoram a fala dos seres de sexo feminino. Esses homens compartilham ideias, falam sobre suas necessidades, concepções morais, políticas, ideológicas e isto tudo orienta suas ações, isto é, eles colocam em prática aquilo que consideram importante de acordo com a interação entre estes companheiros, e nisso consideram que o que fazem é bom, acreditam assim que estão buscando o progresso da humanidade. No entanto, como vimos acima, eles desconsideraram os seres humanos do sexo feminino. Será que o que eles decidiram atende às especificidades das mulheres? Como poderiam eles saber das necessidades das mulheres se elas não foram ouvidas? Se elas, confinadas na vida privada, foram histórica e sistematicamente impedidas de participar das questões públicas?

Aqui temos um importante aspecto que compõe nossa sociedade. Porém, ainda temos outros elementos a considerar...

Tendo em conta que a humanidade tem como característica a pluralidade cultural e étnico-racial, imaginemos os machos atuantes que vimos acima, conforme foram encontrando outros territórios e outros seres com corpos e culturas bem diferentes dos seus. A partir daí, foram se fechando cada vez mais nas concepções e interesses daqueles que se pareciam com eles, identificando os que são como o “eu” e aqueles que são os “outros”. Agora, suas decisões e interesses não giravam mais em torno somente do seu próprio grupo, mas também confabulavam sobre como poderiam usar esses “outros” para satisfazer suas necessidades. Desse modo, temos o processo de negação, exploração e silenciamento dos seres humanos considerados os “outros”, assim como já tinha ocorrido

com as fêmeas pertencentes à cultura deste “eu”.

Como falamos acima, todos os seres humanos possuem capacidade cognitiva, de aprendizado e de construção de conhecimentos, mas se assim for, por que os conhecimentos, autores e pesquisadores reconhecidos giram em torno de um mesmo perfil: cientistas do sexo masculino, oriundos do continente europeu e norte-americano? Onde estão os conhecimentos dos outros continentes? Conhecimentos latino-americanos, africanos, asiáticos, do Oriente Médio? “Agora, peguem seu livro didático de Sociologia, qual o perfil de autores vocês vêem?” - perguntamos. “Homens europeus”, “velhos que já morreram” - os alunos responderam. Prosseguimos: Cadê as mulheres no rol de autores que estudamos nos livros didáticos? Acaso elas não contribuíram com a Sociologia? Quantas sociólogas vocês conhecem ou já ouviram falar? “Só a senhora, professora” - os estudantes disseram.

A partir desse diálogo com as/os estudantes, discutimos como as desigualdades sociais são múltiplas e se estruturam a partir de diversos aspectos como a classe social, o gênero e sexualidade, raça/etnia, regionalidade, entre outros, sendo, justamente por isso, necessário compreendê-las desde o período escolar.

Levar essas discussões para a educação básica é fundamental para compreender os processos históricos que fundam nossa sociedade, baseados na imposição do sistema moderno/colonial, que tem como formas de controle social o patriarcado, o racismo e a heteronormatividade. Desse modo, buscamos discutir as relações de gênero de modo mais aprofundado, saindo das discussões genérica e superficiais sobre “menina veste rosa e menino veste azul”, e aprofundando o debate, pois não se trata apenas de convenções sociais sobre o feminino e o masculino, mas também é necessário compreender que este “ser mulher” e “ser homem” é balizado por outros fatores como raça, classe e sexualidade, e que conforme essas características vão se cruzando, mais preconceito, discriminação e marginalização vão sendo reproduzidos. Nesse sentido, desenvolver uma educação decolonial de gênero

É decretar uma crítica da opressão de gênero racializada, colonial e capitalista heterossexualizada visando uma transformação vivida do social. Como tal, a descolonização do gênero localiza quem teoriza em meio a pessoas, em uma compreensão histórica, subjetiva/intersubjetiva da relação oprimir ✕ ✕ resistir na intersecção de sistemas complexos de opressão. Em grande medida, tem que estar de acordo com as subjetividades e intersubjetividades que parcialmente constroem e são construídas “pela situação”. Deve incluir “aprender” sobre povos. Além disso, o feminismo não fornece apenas uma narrativa da opressão de mulheres. Vai além da opressão ao fornecer materiais que permitem às mulheres compreender sua situação sem sucumbir a ela. (LUGONES, 2014b, p. 940).

Construir uma educação decolonial é um desafio ainda maior quando olhamos para a estrutura da educação escolar que é regulada e formatada pelo Estado a partir dos interesses dominantes, desempenhando funções ideológicas para a manutenção das relações de poder no sistema capitalista.

Para garantir a reprodução dos meios de produção, o capitalismo precisa garantir também a reprodução da força de trabalho: ora, esta reprodução da força de trabalho está sendo assegurada pelo sistema escolar e por outras instituições, situadas fora da produção, e pressupõe, além da qualificação dos trabalhadores, a submissão à ideologia dominante como meio de preservar os lugares sociais, de acordo com seus interesses. A escola é a instituição encarregada de inculcar a ideologia dominante, pelo conhecimento e valores que transmite. (SEVERINO, 1986, p. 46).

Nesse contexto, a decolonialidade do gênero desenvolve-se como um movimento de resistência contra as opressões do sistema moderno/colonial, lutando contra as hierarquias impostas, e contra os padrões ocidentais que promovem o apagamento das histórias e culturas locais. Esse movimento vem contribuir para a mudança de perspectivas sobre as relações sociais, discutindo as desigualdades e violências a que as mulheres foram (e são) submetidas, permitindo discutir o papel de mulheres e homens nas sociedades ao longo da história, os desafios que a sociedade contemporânea ainda enfrenta, as novas configurações familiares, além de esclarecer muitas confusões e preconceitos contra toda a diversidade de pessoas que não se identificam como heterossexuais. Isso tudo remexe com as estruturas de poder que são subjetivamente impostas, “o gênero perturba, e é bom que assim seja. Ele obriga a descompartmentar as disciplinas, a reformular as hipóteses, a repensar os paradigmas” (MARUANI, 2019, p. 12).

2 | A SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO

Neste tópico, vamos analisar a Sociologia na educação brasileira, primeiramente apresentando o histórico de sua implementação no país e posteriormente compreendendo como ela se apresenta atualmente no ensino médio.

A Sociologia surge no Brasil no final do século XIX, como uma disciplina do curso superior de Direito, substituindo o “Direito Natural” pela Sociologia. De 1890 a 1897, a Reforma Benjamin Constant² tentou incluí-la como disciplina obrigatória nos cursos

2. “A Reforma Benjamin Constant, instituída pelo Decreto nº 981, de 8 de novembro de 1890, teve como particularidade a montagem de uma diretriz educacional que abrangia todos os níveis de ensino. [...] Segundo o decreto, quando os estados tivessem organizado estabelecimentos de ensino secundário segundo o plano do Ginásio Nacional, seus exames de madureza dariam o mesmo direito à matrícula nos cursos superiores. A reforma é lembrada também por ter estabelecido o processo educativo sob o modelo seriado e por ter ampliado o currículo das escolas brasileiras, incentivando o enciclopedismo.” (BOMENY, [s.d.]

preparatórios, mas essa reforma não chegou a ser concretizada. De acordo com Cinthia Lopes da Silva e Rogério Silva, a institucionalização da Sociologia para o Brasil “esteve vinculada a um projeto de formação de novas elites, que dariam conta de assumir a construção política, econômica e social da nação moderna” (SILVA e SILVA, 2012, p. 105), assim importaram-se instrumentos sociológicos desenvolvidos no contexto europeu, com o objetivo de explicar e construir nossa sociedade.

José Segatto e Edison Bariani (2010) mostram que a Sociologia no país dá seus primeiros passos a partir da segunda metade do século XIX, inicialmente como uma ciência social não específica, feita por intelectuais, literatos, advogados e médicos que pretendiam desenvolver explicações histórico-sociais sobre o país. Nesta fase as teorias evolucionistas tiveram forte influência sobre as concepções étnico-raciais no país. Com as mudanças sociais, políticas e econômicas da década de 1930, a modernização e a nacionalização passaram a ser a base do desenvolvimento do país. Nesse período, a Sociologia ganhou força, pois representava a possibilidade de formar uma nova elite capaz de liderar o processo de industrialização e modernização do país.

Pouco antes, em 1925, a partir da “Reforma Rocha Vaz (Decreto n. 16.782-A, de 13/01/1925), a Sociologia torna-se obrigatória nos anos finais dos cursos preparatórios” (MORAES, 2010, p. 361), e na década de 1930, temos os primeiros cursos superiores de Ciências Sociais na Escola Livre de Sociologia e Política (1933), na Universidade de São Paulo (1934) e na Universidade do Distrito Federal (1934), com a importação de professores, teorias e técnicas de pesquisa estrangeiras, em especial advindos da Europa e Estados Unidos, sendo o marco inicial da produção científica especializada. Isso possibilitou a institucionalização das Ciências Sociais no Brasil e a formação da comunidade de sociólogos, com associações e federações de representação da categoria.

Em 1961, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 4.024/61) recoloca a Sociologia nos cursos secundários, como componente optativo. No entanto, a partir de 1964, com o Golpe Militar, a Sociologia passa a ser evitada, pois é vista como um conhecimento perigoso, subversivo e sinônimo de socialismo. Durante grande parte do período militar, no ensino secundário é priorizada a educação profissionalizante e tecnicista. A partir de 1982, há uma flexibilização da grade curricular e há uma abertura maior para as ciências humanas. Nesse momento a Sociologia retorna ao ensino secundário como disciplina optativa.

A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, com a atuação de diversos movimentos sociais, volta a ser questionada a presença da Sociologia e Filosofia no currículo da educação básica, no entanto, nesse período ainda não temos a inserção definitiva dessas disciplinas na educação básica brasileira. Em 1996, a nova LDB (Lei

9394/96) estabelece que “ao final do ensino médio o educando demonstre: domínio de conhecimentos de Filosofia e Sociologia necessários ao exercício da cidadania”. Entretanto, em 1998, as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio estabelecem que os conhecimentos de Filosofia e Sociologia devam ser trabalhados de maneira interdisciplinar e contextualizada, não sendo necessário uma disciplina específica para isso. Somente em 2008, através da Lei 11.684/2008, essas disciplinas são finalmente incluídas no currículo obrigatório do ensino médio.

Em 2017 é aprovada a Reforma do Ensino Médio, que altera substancialmente a estrutura desta modalidade de ensino e flexibiliza a grade curricular, pois apesar de manter a oferta de todas as atuais disciplinas, estabelece como obrigatórias apenas Língua Portuguesa e Matemática, enquanto que as demais comporão os chamados “itinerários formativos” por área de conhecimento, a saber: Linguagens e suas tecnologias, Matemática e suas tecnologias, Ciências da natureza e suas tecnologias, Ciências humanas e sociais aplicadas, Formação técnica e profissional. Desse modo, a partir dos itinerários disponibilizados pelas escolas, os estudantes poderão escolher em quais áreas ou disciplinas desejam se aprofundar. Essas alterações estão em processo de implementação, sendo que, até março de 2022, todos os estados precisaram se adequar ao novo sistema (BRASIL, 2021).

Dessa forma, o histórico da Sociologia no Brasil revela uma descontínua presença na educação básica, mostrando uma verdadeira confusão imposta à disciplina, ora aparecendo como obrigatória, ora optativa, ora incluída, ora excluída do currículo da educação básica.

As Ciências Sociais, grande área na qual a Sociologia está inserida, juntamente com a Antropologia e a Ciência Política, têm como objetivo estudar as múltiplas dimensões da sociedade, utilizando recursos teóricos e metodológicos para a compreensão das diferentes realidades sociais, políticas, culturais, econômicas e educacionais. A partir desses objetivos, a disciplina vai sendo formatada em diferentes modelos curriculares, de acordo com a instituição educacional e o nível de ensino.

Analisando as orientações curriculares para o ensino de Sociologia, da rede estadual do Maranhão (MARANHÃO, 2017), contexto em que essa pesquisa se insere, recomenda-se que no primeiro ano do ensino médio os discentes desenvolvam conhecimentos e habilidades que lhes permitam conhecer a sociedade e se reconhecer dentro desse contexto. Entender o surgimento e desenvolvimento da Sociologia e identificar suas contribuições para a compreensão da sociedade; perceber a relação indivíduo e o meio social, dando destaque para o processo de socialização e a importância da cultura para a construção do ser humano, permitindo que, através dos estudos sociológicos, os jovens identifiquem sua própria vida, seu cotidiano e as relações sociais que participa, refletindo

sobre a complexidade da vida social, a diversidade cultural e a capacidade de agência do indivíduo diante da estrutura social.

No segundo ano do ensino médio, busca-se compreender a sociedade em seus aspectos macrosociais, remetendo-se aos interesses coletivos e a capacidade dos grupos intervirem na vida pública. A partir disso, estudam-se as relações de poder, formas de organização política, Estado, formação política brasileira, democracia, cidadania, direitos humanos, os movimentos sociais, estratificação social, divisão social do trabalho e modos de produção.

No terceiro ano do ensino médio, busca-se analisar e compreender a sociedade atual, com temas como globalização, neoliberalismo, política internacional, desenvolvimento das nações, espaço urbano e rural, questões ambientais e sustentabilidade, além do entendimento socioantropológico sobre gênero e sexualidade, os tipos de violência, racismo, preconceito, discriminação, intolerância e segregação (MARANHÃO, 2017). Dessa forma,

[...] espera-se que, no ensino médio, o aluno tenha condições de compreender e analisar os fenômenos sociais, apreender a relação homem-natureza, as relações indivíduo e sociedade e suas instituições, assim como a estrutura social, a produção e reprodução das desigualdades, as dinâmicas do Estado, da cultura e da ideologia, num processo de desnaturalização desses fenômenos. (BRIDI; ARAÚJO; MOTIM et al., 2009, p. 12).

Nesse sentido, a disciplina se insere no ambiente escolar com o objetivo de trabalhar com os jovens a formação cidadã e a capacidade de agência sobre sua comunidade. Não obstante, é importante ressaltar uma contradição intrínseca, pois apesar dos objetivos acima mencionados, a Sociologia no Brasil reproduz perspectivas, categorias e conceitos eurocentrados, desconsiderando saberes dos outros povos, além de que, como disciplina escolar, se insere em uma das principais instituições estatais de reprodução e legitimação do status quo, o que cria limites para a efetivação de uma formação crítica e emancipadora.

Por isso, é importante problematizar: que Sociologia é esta? E a quais interesses ela está voltada? *Em Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos*, Edgardo Lander (2005) discute o processo de constituição dessa ciência moderna que se coloca como neutra, objetiva e universal, mas que é uma representação do mundo Europeu, que impôs sobre os povos colonizados uma formação cognitiva, intelectual e ideológica baseada na separação antagônica entre corpo e mente, razão e mundo, objetividade e subjetividade. Assim,

[...] ao construir-se a noção de universalidade a partir da experiência particular (ou paroquial) da história europeia e realizar a leitura da totalidade do tempo e do espaço da experiência humana do ponto de vista dessa particularidade, institui-se uma universalidade radicalmente excludente. (LANDER, 2005, p. 09).

Apesar da pretensão crítica emancipadora da Sociologia na educação básica, na prática a disciplina reproduz a lógica da colonialidade ao utilizar principalmente as categorias e conceitos criados pelas ciências modernas que promovem a compartimentação dos conhecimentos e dos seres, criando padrões evolucionistas e hierárquicos para impor noções de desenvolvimento que anteriormente não existiam nesses espaços. Assim, a partir da “régua” moderna, foram impostas as noções dicotômicas de atrasados x avançados, primitivo x modernos, pobres x ricos.

Outro aspecto que destacamos na produção sociológica é a hegemonia masculina, identificada tanto nos autores estudados nas escolas e universidades, que são majoritariamente homens, quanto na limitada produção e disseminação de estudos sociológicos de gênero. Nesse sentido, falar sobre gênero e sobre as cientistas sociais revela as formas como a sociedade pode ser interpretada sob o ponto de vista feminino, mas a ausência das mulheres revela ainda mais sobre a estrutura da sociedade patriarcal e da ciência normáscula. Por isso, no tópico a seguir, vamos analisar os livros didáticos de Sociologia buscando perceber como as questões de gênero aparecem, e a inclusão (ou não) das mulheres nas obras.

3 | O GÊNERO NOS LIVROS DIDÁTICOS DE SOCIOLOGIA DO ENSINO MÉDIO

No processo de construção deste trabalho, utilizamos como uma das principais fontes de pesquisa a análise dos livros didáticos de Sociologia, tendo como objetivo compreender como as questões de gênero aparecem na disciplina, se são colocadas de forma explícita ou subentendida, buscando identificar as influências femininas, a quantidade de autoras e autores presentes nos livros, e o espaço que ocupam nas obras.

De acordo com o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), no triênio de 2018, 2019 e 2020, temos disponíveis nas escolas de ensino médio cinco modelos de livros, os quais foram construídos atendendo os seguintes critérios:

1. Assegurar a presença dos conteúdos das três áreas que compõem as Ciências Sociais: Antropologia, Ciência Política e Sociologia.
2. Respeitar o rigor teórico e conceitual.
3. Realizar a mediação didática.

4. Contribuir para a apreensão do conhecimento sociológico pelo estudante.
5. Garantir a autonomia do trabalho pedagógico do professor (BRASIL, 2017, p. 08).

Desse modo, os livros didáticos são construídos de modo a levar para a educação básica as principais discussões, teorias, autores e perspectivas das Ciências Sociais, adequando a linguagem, metodologias e didáticas para o público-alvo do ensino médio. Analisamos os cinco livros aprovados pelo Ministério da Educação e inseridos no PNLD, conforme o quadro a seguir:

Livro	Autores	Editora	Ano
Sociologia	Benilde Lenzi Motim, Maria Aparecida Bridi e Sílvia Maria de Araújo	Scipione	2016
Sociologia em Movimento	Afrânio Silva, Bruno Loureiro, Cassia Miranda, Fátima Ferreira, Lier Pires Ferreira, Marcela M. Serrano, Marcelo Araújo, Marcelo Costa, Martha Nogueira, Otair Fernandes de Oliveira, Paula Menezes, Raphael M. C. Corrêa, Rodrigo Pain, Rogério Lima, Tatiana Bukowitz, Thiago Esteves, Vinicius Mayo Pires;	Moderna	2016
Sociologia Hoje	Celso Rocha de Barros, Henrique Amorim e Igor José de Renó Machado	Ática	2016
Sociologia para Jovens do Século XXI	Luiz Fernandes de Oliveira e Ricardo Cesar Rocha da Costa.	Imperial Novo Milênio	2016
Tempos Modernos, Tempos de Sociologia	Bianca Freire-Medeiros, Helena Bomeny, Julia O'Donnell, Raquel Balmant Emerique	Editora do Brasil	2016

Quadro 1 - Livros didáticos de Sociologia
Organizados pela autora (2020)

O processo de análise deu-se a partir da exploração minuciosa de cada livro, onde buscamos identificar e registrar os nomes e nacionalidades dos autores e autoras citados. Tais informações possibilitaram a sistematização de tabelas detalhadas apresentando esses/as cientistas sociais, demarcando o gênero e país de origem (LEPOS, 2021, pag. 111-126). Em seguida elaboramos um quadro resumido com as informações gerais das cinco obras, conforme pode ser visto na tabela abaixo (Quadro 2).

Livro	Autores e continente de origem	Autoras e continente de origem
Sociologia	170 homens, correspondendo a 79,8% dos autores. Destes, 32% são latino-americanos, 8,8% norte-americanos e 58% europeus.	43 mulheres, correspondendo a 20,1% das autoras. Sendo, 74,4% são latino-americanas, 9,3% norte-americanas e 16,2% europeias.
Sociologia em Movimento	122 homens, correspondendo a 84,7% dos autores. Destes, 31,9% são latino-americanos, 14,7% norte-americanos, 1,6% africanos, 4% asiáticos e 47,5% europeus.	22 mulheres, correspondendo a 15,2% das autoras. Sendo, 54,4% são latino-americanas, 18,1% norte-americanas, 4,5% asiáticas e 22,7% europeias.
Sociologia Hoje	130 homens, correspondendo a 83,8% dos autores. Sendo, 34,3% são da América Latina e Caribe, 18,3% norte-americanos, 1,5% africanos, 1,5% asiáticos e 43,5% europeus.	25 mulheres, correspondendo a 16,1% das autoras. Sendo, 52% são latino-americanas, 36% norte-americanas e 12% europeias.
Sociologia para Jovens do Século XXI	164 homens, correspondendo a 84,7% dos autores. Destes, 53,6% são da América Latina e Caribe, 10,9% norte-americanos, 0,6% africanos, 0,6% asiáticos e 34,1% europeus.	81 mulheres, correspondendo a 33% das autoras. Sendo, 80% são latino-americanas, 9,8% norte-americanas, 2,4% africanas, 1,2% da Oceania e 6,1% europeias.
Tempos Modernos, Tempos de Sociologia	82 homens, correspondendo a 77,3% dos autores. Destes, 40% são latino-americanos, 9,7% norte-americanos, 1,2% africanos, 1,2% da Oceania e 47,5% europeus.	24 mulheres, correspondendo a 22,6% das autoras. Sendo, 79,1% são latino-americanas, 8,3% norte-americanas e 12,5% europeias.

Quadro 2 - Quantitativo de autores e autoras por continente de origem
Organizados pela autora (2020).

Com esse quadro, podemos quantificar a participação feminina e masculina dentro dos livros didáticos de Sociologia do ensino médio, verificando a desproporção de gênero dentro da disciplina, pois contabilizando as cinco obras, temos um total de 668 homens citados, representando um percentual de 78,52%, e apenas 195 mulheres citadas, totalizando 21,38% de citação feminina.

Levando em consideração apenas o continente de origem, sem o marcador de gênero, temos os seguintes dados: 46,4% são da América Latina³ (predominantemente brasileiros/as), 38,6% da Europa, 12,7% da América do Norte (predominantemente dos Estados Unidos), 1% da Ásia, 0,9% da África e 0,1% da Oceania. No entanto, se considerarmos o gênero, os dados tornam-se mais complexos, conforme podemos ver na tabela abaixo:

3. Compreende-se como América Latina os países do continente americano que possuem como línguas oficiais o espanhol, o português e o francês (línguas derivadas do latim), e que tiveram seus territórios e povos colonizados pelos impérios europeus, principalmente da Espanha e Portugal.

Livros Didáticos	América Latina		Europa		América do Norte		África		Ásia		Oceania	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
Sociologia	55	32	100	7	15	4	0	0	0	0	0	0
Sociologia em Movimento	39	12	58	5	18	4	2	0	5	1	0	0
Sociologia Hoje	54	13	57	3	24	9	2	0	2	0	0	0
Sociologia para Jovens do Século XXI	88	65	56	5	18	8	1	2	1	0	0	1
Tempos Modernos, Tempos de Sociologia	33	19	39	3	8	2	1	0	0	0	1	0
Total	260	141	311	23	83	27	6	2	8	1	1	1
Percentual por Gênero	38%	72%	46,5%	11,7%	12%	13%	0,8%	1%	1,1%	0,5%	0,1%	0,5%
Percentual Total	46,4%		38,6%		12,7%		0,9%		1%		0,1%	
M - Masculino F – Feminino												

Quadro 3 - Origem geográfica por gênero

Organizados pela autora (2021)

Quando olhamos apenas para o total de autoras citadas, temos uma ampla maioria de mulheres da América Latina (total de 141), principalmente do Brasil, representando 72% da participação feminina. Enquanto que, ao analisar o conjunto masculino, constata-se que a maioria (46,5%) são de origem europeia (total de 311 homens). Para analisar esses dados, precisamos ter em conta o histórico das Ciências Sociais nesses territórios. A Sociologia, e as Ciências Sociais como um todo (Antropologia e Ciências Políticas), são relativamente recentes no Brasil, passando a se consolidar a partir da segunda metade do século XX, contexto em que, mesmo diante de todas as limitações sociais, as mulheres já conseguem adentrar a academia e lutar por espaço, enquanto que no continente europeu a Sociologia nasce em meados do século XIX, num contexto em que a academia era um espaço que restringia a entrada de mulheres, como pode ser expresso pela ínfima participação das europeias nos cinco livros, apenas 23 autoras (11,7%). Nesse sentido, verificamos inclusive que as autoras e os autores latino-americanas são contemporâneas, enquanto os autores

europeus são, em grande parte, mais antigos, reforçando a ideia de que a Sociologia estuda, predominantemente, “homens europeus” e “velhos que já morreram”⁴.

Outro fator observado durante a análise dos livros refere-se à presença de conteúdos e discussões que levem em consideração o gênero. Essas informações possibilitam-nos compreender como cada obra aborda a temática aqui investigada. Abaixo apresentamos as circunstâncias em que o gênero aparece em cada obra:

4 | SOCIOLOGIA

Não há um capítulo destinado às questões de gênero, no entanto, a sessão do livro que mais apresenta estas discussões é o terceiro capítulo, que tem por título *A família no mundo de hoje*. Nele, trata-se dos papéis socialmente estabelecidos para homens e mulheres na instituição familiar e os desequilíbrios que essa relação provoca. Discorre sobre como, na história do Brasil, sempre houve uma relação muito próxima entre o patriarcado, a concentração de terras, a pose dos meios de produção, a escravidão e exploração da mão de obra, produzindo uma sociedade desigual sob os aspectos de gênero, raça, classe, e etc.

Discute sobre as transformações pelas quais a instituição familiar passa, e a diversidade de formatos familiares, dando um destaque para pontos como o divórcio, as mães solteiras, e as famílias “chefiadas” por mulheres. Trata também sobre os trabalhos relacionados ao cuidado, que são geralmente destinados às mulheres, em funções como empregadas domésticas, babás, cuidadoras, etc. Além disso, traz um tópico específico sobre o movimento de mulheres.

Nos outros capítulos encontramos fragmentos sobre o gênero, como nos casos a seguir: o capítulo 2, que tem como título *Viver em sociedade: desafios e perspectivas das Ciências Sociais*, fala das desigualdades sociais e sobre discriminação e preconceitos contra mulheres e negros. O capítulo 4, *Os sentidos do trabalho*, discute sobre as desigualdades de gênero e étnico-raciais no mercado de trabalho. No quinto capítulo, *Tecnologia, trabalho e mudanças sociais*, encontramos, logo no início, uma linha cronológica com os avanços científicos e tecnológicos, e que cita contribuições de mulheres como a física Marie Curie, a pioneira na aviação Amelia Earhart e a cosmonauta Valentina Tereshkova. Mas não há aprofundamentos sobre as contribuições femininas na ciência e nas tecnologias, nem sobre as desigualdades de gênero na produção e legitimação do conhecimento. O oitavo capítulo, *Cidadania, política e Estado*, cita brevemente e sem detalhamentos a conquista do voto feminino no Brasil, com a constituição de 1934. No capítulo 9, *Movimentos sociais*, cita de

4. Confirmando a hipótese levantada por meus alunos na dinâmica descrita na página 5, deste artigo.

modo breve o movimento feminista. O décimo capítulo, *Educação, escola e transformação social*, apresenta dados sobre as taxas de alfabetização de homens e mulheres, no período de 1992 a 2008, mas sem aprofundar sobre as questões de gênero. O capítulo 11, *Juventude: uma invenção da sociedade*, fala sobre os ritos de passagem da infância para a fase adulta que meninas e meninos passam em diferentes sociedades. O capítulo 12, *O ambiente como questão global*, relaciona brevemente a dominação da sociedade ocidental sobre a natureza, as desigualdades entre homens e mulheres e a exploração entre os diferentes povos, alegando que em todos esses casos há um mesmo padrão de opressão, isto é, existe sempre uma relação em que há o explorador e os explorados.

5 | SOCIOLOGIA EM MOVIMENTO

Nesta obra, o capítulo 14 é destinado especificamente a tratar das questões de gênero e sexualidade, sendo apresentadas as distinções entre gênero e sexo e discutindo-se a noção de construção e desconstrução do gênero. Reflete sobre os efeitos do patriarcado sobre as vidas de mulheres e homens, discorre sobre a divisão sexual do trabalho, no espaço privado e no espaço público. Apresenta o percurso e as transformações históricas do movimento feminista e debate sobre a interseccionalidade de gênero, raça e classe. Trata sobre as sexualidades em constante transformação, a instabilidade da categoria gênero a partir da perspectiva de Judith Butler, apresentando brevemente a “teoria Queer”.

Para além deste capítulo específico, pouco é mencionado sobre o gênero, ficando restrito às seguintes passagens: no capítulo 6, *Poder, política e Estado*, a única referência à questão de gênero é apresentada em um “box”, em um conceito de patriarcalismo, explicando que na história brasileira o patriarcado está relacionado com o racismo e concentração das terras. O capítulo 7, *Democracia, cidadania e direitos humanos*, não apresenta claramente uma discussão relacionada ao gênero, mas discute sobre cidadania, direitos humanos e a opressão contra as chamadas “minorias sociais”, isto é, todos aqueles que não estão no padrão homem, branco/europeu, heterossexual e jovem. Nesta perspectiva verificamos que a maioria da população mundial é oprimida pela minoria que detém o poder e os privilégios sociais. O texto ressalta que a violência contra a mulher é um exemplo de violação dos direitos humanos e negação da cidadania. O capítulo 10, *Estratificação e desigualdades sociais*, trata sobre os marcadores das desigualdades sociais, discutindo as desigualdades de gênero e raça e trazendo aspectos relacionados ao mundo do trabalho, acesso à moradia, violência doméstica e renda mensal. A única autora citada é a arquiteta e urbanista Raquel Rolnik, e sua discussão é sobre a relação entre o direito das mulheres à moradia e a violência doméstica.

6 | SOCIOLOGIA HOJE

O livro é subdividido de modo a contemplar as três grandes áreas das Ciências Sociais, isto é, Antropologia, Sociologia e Ciências Políticas. O mais interessante nesta obra é que na parte que trata dos conteúdos antropológicos, as questões de gênero são apresentadas constantemente, de forma clara, direta e relacionada aos conceitos antropológicos, provocando reflexões críticas e aprofundamentos, o que permite ao leitor pensar sobre questões que passam despercebidas, mas que são fundamentais para compreender nossa sociedade. No entanto, quando vamos para a parte da Sociologia e Ciências Políticas, a questão de gênero é substancialmente abandonada, como se não houvesse relação entre os conhecimentos dessas ciências com as experiências de gênero. Detalharemos abaixo esta situação:

No início da obra, intitulada *Introdução: o que é a sociedade?*, propõe-se a desnaturalização da vida social, problematizando questões que, no senso comum, parecem sem sentido, como “por que em geral só as mulheres usam saia?”, mas que revela os padrões sociais impostos sobre mulheres e homens. Logo em seguida, aprofunda a reflexão sobre “de que maneira o fato de o trabalho doméstico ter sido destinado predominantemente às mulheres resultou em mais tempo livre para os homens? Por que esse entendimento exemplifica uma questão de poder e de favorecimento de um grupo sobre o outro?”. Desse modo, o livro já inicia buscando apresentar um conceito importante para as Ciências Sociais - o de desnaturalização - a partir do recorte de gênero.

Discute também sobre os conceitos produzidos pelas ciências e como eles podem mudar de acordo com o contexto histórico e social. Para exemplificar tal reflexão, propõe pensar sobre a palavra “mulher” e os muitos significados que ela carrega, desde a definição dos seres humanos do gênero feminino, os papéis atribuídos, valores, (pre) conceitos, visões de mundo, etc., propondo a reflexão sobre o “poder” das palavras, e como a linguagem possui história e carrega inúmeros significados. Explica sobre ideologias e “ideologias alternativas” (ou contra-ideologias), trazendo o exemplo de como o machismo é uma ideologia dominante, e que a partir das críticas contra esse sistema as ideologias feministas se desenvolveram, buscando novos valores e ideias sobre as relações de gênero.

No capítulo 1, *Evolucionismo e diferença*, instiga-se a reflexão sobre “como é possível lucrar com o conhecimento sobre populações nativas?”, alertando que a colonização levou à submissão e extermínio de milhares de indígenas e africanos, sob o discurso que esses povos eram “bárbaros”, “selvagens” ou “atrasados”, e como as teorias evolucionistas contribuíram para legitimar esse tipo de exploração e desumanização desses povos. Além

disso, apresenta os modos de organização social e os sistemas de parentesco, trazendo como exemplo as sociedades matrilineares, em que a descendência é determinada pela linhagem materna.

O segundo capítulo, *Padrões, normas e cultura*, aborda como determinados costumes são usados como instrumentos de opressão e violência, trazendo dois exemplos: o primeiro é sobre a prática de mutilação genital feminina, que é uma tradição em alguns povos africanos e do Oriente Médio. A prática é alvo de diversos debates que envolvem, de um lado, uma tradição milenar e, por outro lado, uma violação de direitos humanos. O segundo exemplo é o caso de um protesto contra a transfobia e homofobia, realizado em 2015 por uma artista transexual, em que ela desfilou simulando uma crucificação, visando questionar os altos índices de violência e assassinato de pessoas LGBTQIA+. O caso gerou polêmica na comunidade religiosa cristã, sendo a artista acusada de crime hediondo e “cristofobia”. Por outro lado, a metáfora da crucificação também foi utilizada, em 2012, por uma revista de futebol que trazia em sua capa a manchete *A crucificação de Neymar* e uma montagem do jogador em uma cruz; neste caso, o episódio não gerou a mesma comoção social. Nesse sentido, os dois casos abrem discussões que envolvem o conceito de Relativismo Cultural, isto é, a partir de quais pressupostos uma mesma prática pode ser criminalizada ou socialmente aceita.

O capítulo traz ainda os estudos antropológicos de Ruth Benedict e Margareth Mead, que trouxeram profundos questionamentos sobre a “natureza feminina”, mostrando que os papéis da mulher na sociedade ocidental não eram naturais, mas consequências dos costumes e padrões sociais.

O quarto capítulo, *Antropologia brasileira*, cita como as questões de gênero e a opressão sobre as mulheres passaram a ser temas de estudos da antropologia, assim como outras diferenças sociais como etnia, raça, sexualidade e geração, temas relacionados ao conceito de identidade. Mostra como a antropologia, que classicamente estuda a cultura do “outro”, mais contemporaneamente passa a estudar também questões próximas à realidade do pesquisador, como os estudos da antropologia urbana, as antropologias feministas, os estudos sobre a questão racial realizados por antropólogos/as negros/as, os/as pesquisadores/as homossexuais investigando as relações de gênero e sexualidade, entre outros. Isso trouxe para a antropologia uma transição do “olhar sobre o exótico” para o “estranhamento do cotidiano do eu”. Finaliza o capítulo trazendo o aspecto político proporcionado pelos estudos sobre identidades sexuais, feminilidades, masculinidades, heteronormatividade, homoafetividades, entre outros.

O capítulo 5, *Temas contemporâneos da Antropologia*, traz um tópico sobre gênero e parentesco, em que discute sobre as opressões contra as mulheres. Explica o conceito de

gênero como uma questão cultural, e não natural, que produz hierarquias e desigualdades que, geralmente, privilegiam os homens em detrimento das mulheres. Nesse contexto, o texto ainda traz a discussão sobre a divisão sexual do trabalho, em que as mulheres ficam limitadas ao ambiente doméstico e as atividades ligadas ao lar e à maternidade, enquanto o homem é levado ao mundo público, do trabalho, da produção, da transformação do mundo e do reconhecimento social. Trata também sobre o parentesco homoafetivo e da “desbiologização” do parentesco.

A partir do capítulo 6, o livro nos leva para os conteúdos da Sociologia e, como dito anteriormente, as questões de gênero ficam superficiais. O sétimo capítulo, *Mundos do trabalho*, trata brevemente sobre a divisão sexual do trabalho, apresentando a tese da socióloga francesa Danièle Kergoat que explica que as desigualdades de gênero no mundo do trabalho seriam estruturadas, primeiramente, com a separação entre as atividades ditas como masculinas e femininas e, posteriormente, com a hierarquização entre esses trabalhos, atribuindo diferentes graus de prestígio e rendimento a partir do gênero do/da trabalhador/a.

O capítulo 13, *A sociedade diante do Estado*, que já faz parte da seção das Ciências Políticas, discorre sobre os movimentos sociais LGBTQIA+, feminista, movimento negro e indígena, que lutam por reconhecimento, fim da discriminação e preconceitos, combate aos tipos de opressões que cada grupo sofre diante da estrutura racista, machista, patriarcal e heteronormativa. O capítulo 14, *A política no Brasil*, cita apenas a conquista do voto feminino no Brasil, em 1934, sem discutir como isso aconteceu. E no capítulo 15, *Temas contemporâneos da Ciência Política*, apresentam-se, a partir do filósofo Michel Foucault, as relações de poder e como isso molda aquilo que somos, o que pensamos e como nos comportamos. Traz o exemplo da sexualidade que, apesar de nas últimas décadas ter passado por mudanças progressistas, ainda é bastante controlada pela sociedade. Além disso, cita brevemente a discussão acerca do corpo que é fortemente moldado pelos padrões de beleza. Além disso, também traz o argumento do cientista político Ronald Inglehart, para o qual a estabilidade econômica abriria espaço para os “valores pós-materialistas”, isto é, as discussões de gênero, sexualidade, étnico-raciais, ambientais, entre outros, que estão ligadas às pautas identitárias e de qualidade de vida.

7 | SOCIOLOGIA PARA JOVENS DO SÉCULO XXI

Traz a maior quantidade de autoras (81 mulheres), apesar de que muitas delas são jornalistas e não cientistas sociais. As questões de gênero aparecem espalhadas ao longo de todo o livro, mas também há um capítulo específico para gênero e outro para

sexualidade. Portanto, vamos à descrição sobre como o gênero aparece na obra:

No capítulo 2, *“Quem sabe faz a hora e não espera acontecer”*: a socialização dos indivíduos, explica que o processo de socialização dos indivíduos é iniciado desde o nascimento e perdura por toda a vida. Desse modo, apresenta-se a reflexão sobre como, de acordo com o sexo biológico da criança, ela vai passar por diferentes experiências em sua formação, que vão desde as roupas com as quais será vestida, as cores, os comportamentos estimulados e reprimidos, os valores recebidos, entre outros aspectos. Isso tudo contribui para sua formação social, de acordo com aquilo que a sociedade espera de homens e mulheres.

O quinto capítulo, *“Sejam realistas: exijam o impossível!”* Identidades sociais e culturais, destaca as transformações políticas provocadas pelas lutas sociais nas últimas décadas, o enfrentamento às diversas formas de opressão, como o machismo. A partir dessas lutas, tivemos um movimento de ampliação das perspectivas sobre os papéis femininos, visto que as mulheres passaram a ocupar cada vez mais espaço no mercado de trabalho e na luta pela superação das desigualdades sociais.

No sexto capítulo, *“Ser diferente é normal”*: as diferenças sociais e culturais, argumenta-se que comportamentos como preconceitos, discriminação, machismo, racismo, homofobia, etc, são construídos, legitimados e reproduzidos a partir das diferenças sociais e culturais. O capítulo 21, *“Onde você esconde seu racismo?”* desnaturalizando as desigualdades raciais, traz um tópico em que se discute a mestiçagem no Brasil, mostrando que, em grande parte, foi construída através do estupro de mulheres negras e indígenas. Assim, a mistura racial brasileira é reflexo de um histórico de profunda violência e exploração.

O capítulo 22, *“Lugar de mulher é onde ela quiser?”* Relações de gênero e dominação masculina no mundo de hoje, é destinado aos diferentes aspectos das questões de gênero. Inicia discutindo sobre “ser menina” e “ser menino”, explicando as diferenças conceituais entre gênero (que é uma construção social) e sexo biológico, e como essas relações se constituem como um dos mais fortes instrumentos de poder e dominação. Discute também sobre a transgeneridade e os questionamentos sobre a visão binária. Problematisa os estereótipos colocados sobre as mulheres, através dos arquétipos das personagens bíblicas de Eva - a traidora que levou a humanidade à perdição - e Maria - a mãe santa que deu seu filho para salvação de todos. Expõe a história do movimento de mulheres, a partir da divisão das ondas feministas, trazendo desde a figura histórica de Olympe de Gouges, proletária feminista e revolucionária, que lutou, no contexto da revolução francesa, pelos direitos de cidadania da mulher, para que houvesse igualdade de gênero, mas que acabou guilhotinada, acusada de ser contrarrevolucionária e de ser uma

mulher “desnaturada”. Apresenta a luta das mulheres no Brasil, no começo do século XX, pelo direito ao voto, que foi conquistado em 1934; as contribuições de Simone de Beauvoir sobre a construção social da mulher; de Lélia Gonzalez, sobre o feminismo negro, e Judith Butler que dá destaque para as questões de sexualidade e problematização do paradigma da binariedade, que desembocará na teoria Queer; trata sobre alguns tipos de violência a que as mulheres são submetidas, como a exploração sexual; a condição das mulheres em situação de encarceramento no Brasil, entre outros. Discute as violências domésticas, que podem ser moral, psicológica, financeira, física, etc., e a criação da lei Maria da Penha, que busca combater esses crimes. Por fim, reflete sobre a importância de estudar e pesquisar sobre as mulheres, para dar visibilidade às diversas questões que envolvem o universo feminino, combater as opressões dessa sociedade machista, patriarcal e misógina, e construir perspectivas outras, para além da vigente, que é hegemonicamente centrada no masculino.

O capítulo 23, “*Cada um sabe a dor e a delícia de ser o que é*”: debatendo a diversidade sexual e de gênero, inicia explicando conceitos importantes como sexo, gênero, identidade de gênero, orientação sexual, heteronormatividade, homofobia e transfobia. Evidencia os altos índices de violência a que a população LGBTTQIA+ é exposta, no Brasil e no mundo. Traz o histórico de como a identidade de gênero e orientação sexual foram encaradas através do tempo e das culturas. E fala sobre os movimentos sociais que lutam pelos direitos à visibilidade, saúde e segurança, direito a expressar livremente afeto e a sexualidade, ao reconhecimento legal do nome social, direito ao acesso à educação, ao casamento, à adoção de filhos e filhas, entre outros.

8 | TEMPOS MODERNOS, TEMPOS DE SOCIOLOGIA

O livro é organizado em três partes, sendo a primeira destinada à apresentação da Sociologia, Antropologia e Ciências Políticas. Na segunda parte, cada capítulo traz um sociólogo clássico ou contemporâneo, apresentando suas principais perspectivas, teorias e contribuições para o pensamento social. A terceira parte é destinada à compreensão de diversos aspectos da sociedade brasileira. O livro não possui um capítulo específico para tratar sobre o gênero, sendo que este aspecto aparece fragmentado em algumas partes do livro.

No capítulo 4, *Saber as manhas e as astúcias da política*, apresenta-se a pesquisa da antropóloga Beatriz Heredia sobre a relação entre política, família e relações de gênero. Nele a pesquisadora investigou como, muitas vezes, o voto feminino é determinado pelos interesses dos homens da família, configurando-se como uma das formas de desigualdades

de gênero e limitação da participação política.

O capítulo 12, *Sonhos de consumo*, fala especificamente sobre o sociólogo alemão Walter Benjamin e a construção capitalista da sociedade consumista. O texto discorre sobre o status das mulheres a partir das relações de consumo e nos leva até a Paris do século XIX, com suas galerias e passagens de consumo (precedente do shopping center), que eram alguns dos poucos lugares públicos em que as mulheres da classe média podiam frequentar sem receber um julgamento social. Naquele contexto somente as prostitutas podiam circular pelas ruas, pois eram “mercadorias” disponíveis para o “consumo” masculino.

O capítulo 14, *“Brasil, mostra a tua cara!”*, possui um tópico sobre as famílias brasileiras, discutindo sobre a diversidade de formatos familiares e as alterações do comportamento das mulheres, provocadas pelo acesso ao mercado de trabalho, o direito ao divórcio, o aumento da escolaridade, diminuição das taxas de fecundidade, entre outros aspectos.

No capítulo 15, *Quem faz e como se faz o Brasil?*, discute-se sobre as desigualdades de gênero no mercado de trabalho, como a desvalorização das atividades tidas como femininas, as diferenças salariais entre homens e mulheres, que ficam ainda maiores quando se trata de mulheres negras.

O capítulo 18, *Desigualdades de várias ordens*, problematiza as desigualdades de gênero no que diz respeito à vida familiar e doméstica, ao mercado de trabalho e à participação política. Discute também a construção do termo gênero, que inicialmente estava atrelado ao sexo biológico, mas que depois passou a ser compreendido como uma construção social, na qual esperam-se determinados comportamentos que corresponderiam ao masculino e feminino.

O capítulo 19, *Participação política, direitos e democracia*, apenas cita-se que em 1934 as mulheres conquistam o direito ao voto no Brasil. No final do capítulo 20, *Violência, crime e justiça no Brasil*, vemos um box em que se discute o problema da violência doméstica, o feminicídio e a lei Maria da Penha, aprovada em 2006, para combater esse tipo de crime. O capítulo 21, *O que os brasileiros consomem?*, discute sobre a cultura brasileira que supervaloriza a juventude e tem preconceito com o envelhecimento, principalmente das mulheres. Assim, para “fugir” das marcas da idade, elas são empurradas para o consumo de inúmeros produtos visando mantê-las jovens e atraentes.

Portanto, a partir da análise desses livros didáticos podemos perceber que o gênero é apresentado considerando-se os seguintes pontos: processo de socialização, família e parentesco, divisão sexual do trabalho. Movimento feminista, LGBTQIA+, movimento negro

e indígena. Desigualdades de gênero na vida social e, principalmente no trabalho. Voto feminino. Relação entre o explorador e o explorado: na dominação da sociedade ocidental sobre a natureza, as desigualdades entre homens e mulheres, e a exploração entre os diferentes povos. Diferença entre gênero e sexo. Algumas obras citam a teoria Queer, mas sem aprofundamentos. Direitos humanos e opressão contra as minorias sociais. Violência contra a mulher.

O gênero está mais presente nas discussões sociológicas sobre as desigualdades, e quando se fala sobre a cultura brasileira e a miscigenação, apresentam-se as discussões e críticas em torno do evolucionismo e do eurocentrismo. Porém, poucas obras relacionam esse processo de formação do país com os abusos, estupro e exploração sexual a que as mulheres racializadas foram submetidas.

9 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa partimos da inquietação sobre o lugar da mulher na produção científica, em especial o gênero nas Ciências Sociais e no ensino de Sociologia na educação básica, tendo como pressuposto que a Ciência é hegemonicamente eurocentrada e masculina, e isso reproduz uma série de desigualdades de gênero.

Ao analisar os livros didático de Sociologia, pudemos identificar a reduzida participação de autoras apresentadas nas obras. Trata-se de um reflexo do quanto as questões de gênero chegam à educação básica a passos lentos e enfrentam diversos desafios, que vão desde a produção de conhecimentos científicos, que é hegemonicamente normáscula, até a sua implementação na realidade escolar, além do próprio cenário das políticas públicas, em que as discussões de gênero na educação sofrem uma série de ataques e retrocessos. Isso tudo evidencia que, apesar das conquistas femininas e dos avanços nas discussões de gênero nas últimas décadas, a estrutura educacional ainda é bastante estática e conservadora. Justamente por isso é necessária a luta pela construção de um processo educativo, que tenha como alvo a transformação destas relações, possibilitando a emancipação dos sujeitos.

Entre os/as estudantes do ensino superior no Brasil, a partir dos anos 2000, as mulheres passaram a ser maioria, principalmente, como estudantes nos cursos de licenciatura. No entanto, quando observamos os cargos de professor universitário e as bases de dados científicos, temos a predominância masculina. Assim, quanto mais elevado o cargo e os postos de comando, maior a quantidade de homens e menor a de mulheres. Como argumenta Ângela Saini, “desde seus primeiros dias, a ciência trata as mulheres como intelectualmente inferiores aos homens” (SAINI, 2018, p. 23). Assim, mesmo quando

adentram espaços acadêmicos, as pesquisadoras não têm o devido reconhecimento por seus trabalhos. São diversas as razões para a marginalização feminina no mundo científico, entre as quais podemos destacar o processo sistêmico de exclusão da mulher da esfera pública, pois a ela (a nós) sempre foi reservado o espaço privado e doméstico, enquanto os homens podiam se dedicar à vida pública.

Desse modo, temos aqui, em todas as estatísticas sobre trabalho doméstico, gravidez, cuidado com os filhos, preconceito de gênero e assédio, algumas explicações do motivo pelo qual há tão poucas mulheres nos cargos mais elevados do campo da ciência e da engenharia. Antes de cair na tentadora armadilha de Lawrence Summers e presumir que o mundo tem essa configuração porque essa é a ordem natural das coisas, dê um passo para trás. A razão do desequilíbrio entre os gêneros nas ciências é, ao menos em parte, as mulheres enfrentarem um conjunto de pressões ao longo de toda a sua vida que os homens não têm de enfrentar. (SAINI, 2018, p. 22).

Diante da emergência das epistemologias femininas, a Sociologia, como ciência da sociedade, precisa encarar a responsabilidade de reconhecer a voz das mulheres em sua diversidade, não sob a ótica masculina. Mas para encarar essas desigualdades é necessário incluir na educação, além das questões de gênero, as sociólogas e cientistas de diversas áreas, e que escreveram sobre os diversos aspectos da vida social.

Portanto, uma ciência social que realmente queira refletir criticamente sobre a sociedade precisa reconhecer o que as vozes femininas têm a dizer, suas perspectivas e análises. É necessário repensar os processos educacionais, encarando o desafio de construir um projeto de emancipação epistêmica que se desprenda das amarras criadas pela colonialidade, acolhendo outras formas de conhecer, ser e pensar, não negando os conhecimentos já estabelecidos, mas encarando-os como uma possibilidade, e não a única via possível.

O conhecimento também é uma forma de poder, e quando temos conhecimentos validados apenas sob o ponto de vista de um povo, isso os reforça e os legitima como dominantes, criando aquilo que Chimamanda Adichie chamou de “o perigo da história única”, isto é, a versão de apenas um lado, desconsiderando a perspectiva dos outros sujeitos envolvidos. Assim, a história que estudamos sobre nosso país se dá a partir da visão do europeu, legitimando sua dominação e silenciando os grupos dominados. Chimamanda Adichie nos convida à reflexão sobre como a forma que as histórias são contadas constroem a realidade:

Como são contadas, quem as conta, quando e quantas histórias são contadas, tudo realmente depende do poder. Poder é a habilidade de não só contar a história de uma outra pessoa, mas de fazer a história definitiva daquela pessoa. O poeta palestino Mourid Barghouti escreve que se você quer

destituir uma pessoa, o jeito mais simples é contar sua história, e começar com “em segundo lugar”. Comece uma história com as flechas dos nativos americanos, e não com a chegada dos britânicos, e você tem uma história totalmente diferente. Comece a história com o fracasso do estado africano e não com a criação colonial do estado africano e você tem uma história totalmente diferente. (ADICHIE, 2019, p. 13-14).

Assim, quais histórias estamos contando? Quais histórias estamos aprendendo na academia? Quais estamos reproduzindo na escola?

Atualmente a Sociologia no ensino médio se propõe a construir um currículo que estimule o estudante à compreensão de si, enquanto indivíduo, e do mundo, enquanto sujeito social, cultural e político, a percepção da sociedade em suas dimensões mais amplas. Em síntese, o currículo desta disciplina estuda relação indivíduo e sociedade, processo de socialização, cultura, questões étnico-raciais, gênero, sexualidade, ideologia, relações de poder, organização política, Estado, democracia, cidadania, direitos humanos, os movimentos sociais, estratificação social, desigualdades sociais, violência, relações de trabalho, política internacional, espaço urbano e rural, questões ambientais. Nesse sentido é possível e urgente desenvolver esses conteúdos a partir da perspectiva decolonial, trazendo a diversidade de conhecimentos para além da eurocêntrica e normáscula, mas que também parta das epistemologias dos povos latino-americanos, indígenas e africanos.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda. **O Perigo de uma História Única**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2019.

ALBUQUERQUE, Vívian Matias dos Santos. **As origens do processo de marginalização das mulheres na ciência**: uma análise das influências culturais nas teorias que legitimaram uma educação desigual entre os sexos. Revista Emancipação, v. 6, n. 1, 2006, pag. 69-96.

AMORIM, Henrique. BARROS, Celso Rocha de. MACHADO, Igor José de Renó. **Sociologia hoje**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 2016.

BOMENY, Helena. **Reformas educacionais**. [s.d.]. Disponível em <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/REFORMAS%20EDUCACIONAIS%20.pdf>>, acesso em 22 abr. 2021.

BOMENY, Helena. EMERIQUE, Raquel Balmant. FREIRE-MEDEIROS, Bianca. O'DONNELL, Julia. **Tempos Modernos, Tempos de Sociologia**. 3ª ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **PNLD 2018**: Sociologia - guia de livros didáticos - Ensino Médio. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2017. 55 p.

_____. Ministério da Educação. **Guia de implementação do Novo Ensino Médio**. Brasília, DF: Ministério da Educação, Conselho Nacional de Secretários de Educação, [s.d.]. Disponível em: <<http://>

novoensinomedio.mec.gov.br/resources/downloads/pdf/Guia.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2021.

BRIDI, Maria Aparecida. ARAÚJO, Sílvia Maria de. MOTIM, Benilde Lenzi. **Ensinar e aprender Sociologia**. São Paulo, SP: Editora Contexto, 2009.

_____. **Sociologia**. 2ª ed. São Paulo: Scipione, 2016.

CHABAUD-RYCHTER, Danielle. DESCOUTURES, Virginie. DEVREUX, Anne-Marie. VARIKAS, Eleni. **O gênero nas Ciências Sociais: releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour**. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2014.

LANDER, Edgardo. **Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 07-24.

LEPOS, Luiza. **Entre homens europeus e velhos que já morreram: à mulher no ensino de Sociologia, um estudo a partir das escolas estaduais de Imperatriz** - MA. Orientadora: Vanda Maria Leite Pantoja. 2021, 119 p. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, Maranhão.

LUGONES, María. Colonialidad y género: hacia un feminismo descolonial. In: MIGNOLO, Walter et. al. **Gênero y descolonialidad**. Coleção El desprendimiento. 2. ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Signo, 2014a. p. 13-42.

_____. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, p. 935–952, 2014b.

MARANHÃO. Governo do Estado. Escola Digna: **caderno de orientações pedagógicas** - Sociologia como componente curricular. Secretaria de Estado de Educação - São Luís, 2017.

MARUANI, Margaret. **Trabalho, logo existo**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.

MORAES, Amaury. **Ensino de Sociologia: periodização e campanha pela obrigatoriedade**. Cad. CEDES vol.31 no.85 Campinas-SP. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622011000300004>. Acesso em: 22 abr. 2021.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. COSTA, Ricardo Cesar Rocha da. **Sociologia para jovens do século XXI**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2016.

SAINI, Angela. **Inferior é o caralho: eles sempre estiveram errados sobre nós**. Rio de Janeiro: Darkside Books, 2018. 320 p.

SCHWARCZ. Lília M.. Introdução: a história não é uma bula de remédio. In: SCHWARCZ. Lília. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 11-26

SEGATTO, José. BARIANI, Edison. As Ciências Sociais no Brasil: trajetória, história e institucionalização. **Revista em Pauta**, Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, vol. 07, nº 25, jul 2010. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/2922/2086>, acesso em 12 de dezembro de 2020.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Educação, ideologia e contra-educação**. São Paulo: EPU, 1986.

SILVA, Afrânio [et. al.]. **Sociologia em Movimento**. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.

SILVA, Cinthia Lopes da. SILVA, Rogério de Souza. A institucionalização das Ciências Sociais no Brasil: percalços e conquistas. **Revista Impulso**. Piracicaba-SP, ago. 2012, p. 97-106.

SILVA, Tânia E. M. da. SANTOS, Manoel M. R. SILVA, Adriana E. M. da. Sociólogo/professor: novos desafios para a formação profissional. **Anais XIV Congresso Brasileiro de Sociologia**, 2009. Disponível em http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=3105&Itemid=171, acesso em 24 de agosto de 2015.

Atena
Editora
Ano 2022



UFMA
PPGS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SOCIOLOGIA



Atena
Editora
Ano 2022



UFMA
PPGS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SOCIOLOGIA

